

-Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais".

- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira, ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação do provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda do valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

O grupo realizou o teste de *impairment* do ágio para cada unidade geradora de caixa (UGC). A metodologia de cálculo adotada foi o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), considerando uma projeção de cinco anos, com data-base em 31/12/2025. Para as projeções, utilizamos como referência as margens históricas do Grupo.

Adoamos demonstramos as principais premissas das UGCs mais significativas:

- **Receita:** As projeções foram elaboradas com base na correção pelo índice de inflação de cada país, acrescida de um crescimento real fundamentado nas projeções do PIB de cada país, resultando em um CAGR médio de 3,5% na controlada Fiteca Nôtedores S.A. e um CAGR médio de 11,4% na controlada America Ind. e Com. de Embalagens S.A.
- **Custos e despesas:** projeção de lucro bruto e margem EBITDA na Fiteca Nôtedores S.A. foram estimadas em 14,5% e 16,3%, respectivamente, e na America Ind. e Com. de Embalagens S.A. em 26% e 24,5%, respectivamente.

Depreciação e CAPEX foram proporcionalizadas às despesas de depreciação do grupo com base na representatividade da receita da Companhia, sendo o CAPEX estimado em conformidade com o princípio de reposição do imobilizado depreciado.

- **Capital de giro:** foram consideradas as contas adquiridas na transação, incluindo Contas a Receber, Adiantamentos, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas, Estoques, Fornecedores, Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias.
- **Taxa de desconto:** Foram estimadas em 9,07% a 12,86%.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia e suas controladas incluíram os ativos em andamento, compostos substancialmente por ampliação das linhas de produção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados ao projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revisitos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revisitos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Estoques

Avançados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transfira o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, ressurando o local em que está localizada ou ressurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 20.									
6. Contas a receber de clientes									
Clientes no Brasil									
Clientes no exterior									
Provisão para perdas esperadas em contas a receber									
Movimentação da provisão para perdas esperadas:									
								Consolidado	
		31/12/24	Adições	Reversões	Variação cambial	31/12/25	31/12/24	31/12/25	
Provisão para risco de crédito		(28.805)	(21.539)	24.917		1.805	(24.622)	(24.622)	
Total		(29.805)	(21.539)	24.917		1.805	(24.622)	(24.622)	
A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20.									
7. Estoques									
Produtos acabados									
Produtos em elaboração									
Matérias-primas									
Almoxarifados de manutenção									
Outros									
								Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	
		556.562	524.614	524.614	524.614	556.562	524.614	524.614	
		1.161.185	1.318.884	1.318.884	1.318.884	1.161.185	1.318.884	1.318.884	
		1.717.747	1.843.498	1.843.498	1.843.498	1.717.747	1.843.498	1.843.498	
		(24.622)	(29.805)	(29.805)	(29.805)	(24.622)	(29.805)	(29.805)	
		1.693.125	1.813.693	1.813.693	1.813.693	1.693.125	1.813.693	1.813.693	
Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.									
Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para perdas nos estoques é de R\$ 24,167 (R\$ 25.690 em 31/12/2024).									
8. Imposto de renda e contribuição social									
Controladas no exterior									
As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México e Argentina, 29,5% no Peru, 30,88% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 20,6% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 20% na Tailândia, 22% na Indonésia, 23% no Japão, 9% na Hungria e 22% na Índia, incluindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.									
Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realiza a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento.									
(e) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos									
No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:									
Consolidado									
Ativo:	31/12/24	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	31/12/25				
Variação cambial	94.664	1.298	-	-	95.962				
Outras diferenças temporárias	124.083	27.288	(8.022)	(26.109)	117.240				
Prejuízo fiscal e base negativa	55.256	31.035	(4.264)	(15.907)	66.120				
	<u>274.003</u>	<u>59.621</u>	<u>(12.286)</u>	<u>(42.016)</u>	<u>279.322</u>				
Passivo:									
Variação cambial	(25.234)	(1.940)	1.902	559	(24.771)				
Ativos identificados na aquisição de controladas	(131.942)	(13.502)	10.667	40.784	(93.993)				
Depreciação	(24.415)	-	5.916	13.739	(4.760)				
Outras diferenças temporárias	(10.289)	(33.545)	-	-	(42.371)				
	<u>(191.860)</u>	<u>(48.987)</u>	<u>19.948</u>	<u>55.082</u>	<u>(165.837)</u>				
Imposto diferido líquido	82.123	-	-	-	82.123				
Ativo	203.609	-	-	-	203.609				
Passivo	(121.486)	-	-	-	(121.486)				
	<u>82.123</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>82.123</u>				
A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram baseadas nas projeções dos lucros futuros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.									
(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos									
Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R\$ 250.839 (R\$ 185.832 em 31/12/24) de base negativa de contribuição social de imposto de renda e R\$ 66.836 (R\$ 77.559 em 31/12/24) de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que, potencialmente serão compensados com lucros tributáveis futuros e reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12).									
(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social									
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado e demonstrada que segue:									
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	
Contribuição antes do imposto de renda e da		613.040	401.370	599.215	251.565	613.040	401.370	599.215	
contribuição social		(208.434)	(136.466)	(214.423)	(95.005)	(208.434)	(136.466)	(214.423)	
Alíquotas fiscais aplicáveis		206.437	148.388	226.467	198.250	206.437	148.388	226.467	
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		817	(560)	1.089	1.167	817	(560)	1.089	
Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior		-	-	(3.027)	2.875	-	-	(3.027)	
Juros sobre capital próprio		2.176	-	-	-	2.176	-	-	
Outras adições e exclusões, líquidas		208.434	134.091	(4.829)	32.706	208.434	134.091	(4.829)	
		<u>1.830</u>	<u>538.984</u>	<u>1.830</u>	<u>538.984</u>	<u>1.830</u>	<u>538.984</u>	<u>1.830</u>	
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado		-	-	-	-	-	-	-	
Corrente		-	-	-	-	-	-	-	
Diferido		-	(2.375)	-	-	-	(2.375)	-	
Alíquota efetiva do imposto		-	-	5,276	139,992	-	-	5,276	
		-	-	(18,424)	(39,770)	-	-	(18,424)	
		-	-	23,700	179,782	-	-	23,700	
		-	-	<u>0,88%</u>	<u>55,65%</u>	-	-	<u>0,88%</u>	
O Grupo está sujeito ao imposto social mínimo complementar sob a legislação tributária do Pilar Dois. O imposto complementar está relacionado às operações do Grupo em geografias onde atua, onde a taxa de imposto estatutária é de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FriesaCNC recebe apoio governamental									